

ECONOMIA E ÉTICA: MAPEAMENTO DO ESTADO DA ARTE DA LITERATURA ECONÔMICA BRASILEIRA¹

ECONOMY AND ETHICS: MAPPING THE STATE OF THE ART OF BRAZILIAN ECONOMIC LITERATURE

**Fabio Lucas Luz Ferreira²
Max Nunes Murtinho³**

Resumo: O objetivo do presente estudo é mapear o estado da arte da pesquisa sobre Economia e Ética no Brasil, revisando os artigos de relevância, mensurada em função da quantidade de citações. A metodologia adotada consiste na análise bibliométrica e bibliográfica dos documentos. Os resultados confirmam o pouco interesse de estudo nesta área. O debate teórico sobre as possíveis relações entre Ética e Economia é escasso e pode ser dividido em quatro partes: paradigmas histórico-sociais, discussão histórico-filosófica, economia sustentável e solidária e aspectos ideológicos.

Palavras-Chave: Estado da Arte, Economia, Ética

Abstract: The aim of this study is to map the state of the art of research on Economics and Ethics in Brazil, reviewing the construction articles, measured in terms of the number of citations. The adopted methodology consists of bibliometric and bibliographic analysis of documents. The results confirm little interest of study in this area. The theoretical debate on the possible relations between Ethics and Economics is scarce and can be divided into three parts: historical-social paradigms, historical-philosophical discussion, sustainable and solidary economy and ideological aspects.

Keywords: State of the Art, Economy, Ethics

Classificação JEL: A10, A19, Z00

¹ Artigo recebido em: 18/10/2021. Aceito em: 15/10/2022.

² Economista. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). ORCID: 0000-0003-2213-6331. E-mail: Fabiolofox@gmail.com

³ Doutor em Administração. Docente da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. ORCID: 0000-0002-1091-8291. E-mail: Maxmurtinho@hotmail.com.

1. Introdução

Estudos científicos sobre Ética vêm crescendo nos últimos anos (COELHO; MARCELO; ROSAS, 2019). O tema está presente nos mais diversos setores da sociedade, por exemplo: nos relacionamentos funcionais das universidades, nos esportes, nas empresas, na administração pública, nos sistemas de ensino, na saúde, na indústria etc. (MARTINS, 2019).

Na literatura econômica, entretanto, é baixo o volume de estudos científicos no campo da Ética, o que sugere um sensível distanciamento do tema na construção da teoria econômica ampla, em que o pêndulo da pesquisa científica oscila quase invariavelmente entre os modelos quantitativos e os logísticos (KOCHÉ; BUFFON, 2015; KAMPHORST; ZAMBAM, 2015) preterindo as questões éticas.

Os fenômenos econômicos têm duas perspectivas: a que explica as razões e relações entre eles e a que avalia estes fenômenos do ponto de vista da moral (GRAAFLAND, 2021). O valor ético está atavicamente incorporado em toda ação humana e, por isso, é vital para a sociedade (MOREIRA, 2010). Variáveis como crescimento e desenvolvimento econômicos dependem de ações humanas que não prescindem análises éticas (RIBEIRO, 2017) sob o risco de tornar a ciência que estuda o comportamento econômico de seus agentes como objeto moralmente neutro (IORIO, 2021), o que não é o caso (SILVA, 2015; SEN, 2006).

Diante disso, este artigo tem como objetivo a análise quantitativa e qualitativa da produção científica brasileira, sem corte temporal, sobre Ética e Economia a fim de mapear não só o nível da produção científica ao qual se encontra esta importante temática no Brasil, mas também a identificação e categorização da discussão da relação entre estes dois campos de estudos dentro da literatura econômica brasileira. Para tanto, o método utilizado foi a Pesquisa Bibliométrica e Bibliográfica.

A importância do tema reside no fato de que as questões ético-morais exercem influência sobre a Economia, afinal trata-se de uma ciência que analisa as tomadas de decisões de agentes econômicos (GRAAFLAND, 2021; LUCCHIARI, 2019; BAMBENEK; BASHIR, 2020), que atuam por meio de decisões morais impactando na dinâmica da sociedade (MARCATO; MARTINEZ, 2013). Por sua vez, o estudo da Ética contempla o equilíbrio e a harmonia do particular em consonância com as exigências do coletivo (BOTTALICO et al., 2019; BIDABAD, 2019) visando à boa convivência (BOSH, 2019), o que permite sugerir a conexão entre estes dois campos de estudo (LIPOVTSKY; 2017). É interessante observar também até onde a literatura econômica brasileira se importa com a dimensão normativa da Economia (MARCATO; MARTINEZ, 2013) em detrimento da ampla produção de qualidade positiva (GIANNETTI, 2014).

Além desta introdução, o artigo apresenta a seguinte estrutura: na seção 2, de revisão de literatura, contextualizam-se as origens da preocupação ética na Economia com Aristóteles e seus desdobramentos com a Economia Clássica no período moderno, quando se torna uma ciência autônoma (SILVA, 2015), e, no período contemporâneo, com a corrente de pensamento Neoclássica, sua fase mais tecnicista e maior distanciamento teórico das questões morais (KÖCHE; BUFFON, 2015); outrossim, mencionam-se os Novos Clássicos e a Nova Síntese Neoclássica que absorveram análises microeconômicas e as transplantaram para a macroeconomia com máximo rigor técnico, mantendo, assim, o perfil analítico-matemático. Além disso, nesta seção introduz-se a questão sinônima entre os termos moralidade, moral e ética e suas relações com a Economia.

Na seção 3 serão expostos os procedimentos metodológicos, como o caráter da pesquisa, suas limitações, os meios de busca e os critérios para o levantamento de dados utilizados para a formação de um quadro bibliométrico e bibliográfico. Na seção 4, de Resultados e Discussão, se apresenta a lógica de distribuição dos dados encontrados e categoriza-os segundo seus números de citações, sua tipologia de publicação e suas respectivas áreas de conhecimento para depois lançar uma trajetória que aponta a direção da produção acadêmica no âmbito da Economia juntamente com

uma análise das discussões dos artigos científicos nacionais mais relevantes [em citações] da amostra recolhida da mesma categoria.

Na seção 5, nas considerações finais, pondera-se sobre a interpretação dos dados levantados que parecem sintomatizar um cenário escasso de produção acadêmica e pouco diálogo científico interno acerca da temática e, diante disso, sugerem-se estudos para uma explicação mais aprofundada dos temas discutidos nos artigos menos relevantes e das razões para a baixa produção científica sobre a relação entre Ética e Economia dentro da literatura econômica brasileira.

2. Revisão de Literatura

Ética é o estudo da moralidade (VALLS, 2017). Moralidade versa sobre os padrões que a pessoa ou o coletivo tem sobre o que é certo e errado, isto é, os padrões morais são imperativos e naturalmente implicam deveres morais (GRAAFLAND, 2021). Estes imperativos não se referem principalmente ao que as pessoas realmente fazem ou como o mundo é, mas sim o que as pessoas deveriam fazer, como o mundo deveria ser (KLICK; VELASQUEZ, 1998).

A aplicação da ética a um determinado campo deve ser distinguida da normativa geral ética. (VALLS, 2017). A ética normativa geral é a tentativa filosófica de formular e defender princípios morais básicos (GRAAFLAND, 2021). O estudo da Ética contempla vários princípios éticos normativos gerais: utilitarismo, ética do dever, ética dos direitos, ética da justiça, ética da virtude e ética do cuidado (BORGES; DALL'AGNOL; DUTRA, 2003; SILVA, 2015). Esses princípios podem ser aplicados a uma variedade de campos. A aplicação ou especificações adicionais de guias de ação moral para um determinado campo é comumente referido como Ética Aplicada. A Ética Econômica reflete sobre os padrões morais que se aplicam aos fenômenos econômicos, portanto tem o mesmo domínio que a Economia.

Cabe salientar a relação conceitual básica entre Moral e Ética. Na Psicologia o tratamento da relação entre os termos “moral” e “ética” são diferentes que no âmbito da Filosofia (LA TAILLE, 2010). Para Comte-Sponville e Ferry (1998), por exemplo, a moral está contida na ética, uma vez que a pergunta moral “*como viver*” pressupõe saber a pergunta ética “*o que devo fazer*”. Já Ricoeur (1990) apresenta um ponto de equilíbrio ao estabelecer que, embora a ética tenha primazia sobre a moral, assim o é somente na medida em que a necessidade que a perspectiva ética também passe pelo crivo das normas moralistas de costumes tanto quanto a moral ganha legitimidade reflexiva sob a perspectiva ética que, no quadro geral amplo, conduz à resoluções de impasses práticos. Por sua vez, no campo da axiologia psicológica, a ética é mais ampla que a moral, sem que a primeira determine necessariamente a segunda (LA TAILLE, 2010). Isto posto, etimologicamente, o vocábulo “moral” deriva-se do latim *moralis* e significa “relativo aos costumes”, e surgiu da tentativa de transliteração significativa da palavra grega *ethos*, cujo valor semântico se associa ao “conjunto dos hábitos” (FERREIRA; ANDRADE, 2016), e nesta acepção mais simples e intuitiva é que se costuma tratar na Economia.

Em Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C) já se encontra uma discussão que envolve Ética e Economia (ROSSI; TIerno, 2009). É preciso, é claro, considerar que o mundo antigo ainda não tinha *insights* sobre Economia enquanto processo científico autônomo (ARENDRT, 2007). Já o estudo da Ética era importante para os gregos, por se tratar de um construto que circundava a indagação socrática de “como se deve viver” (SEN, 2006).

Só com o advento da modernidade a Ética passa pelas questões individuais e chega até o âmbito coletivo com a criação do Estado e Razão Modernos (entendida como Racionalidade) a partir de Adam Smith (1723-1790) (ARENDRT, 2007). O conceito de *Homo Economicus*, ligado ao conceito de “Sujeito Racional”, passa a ser o centro das relações econômicas – e, ainda mais, a racionalidade passa por transitividade lógica como sinônimo de autointeresse (KOCHÉ; BUFFON, 2015). Não obstante, Sen (2006) concorda que Economia, enquanto investigação filosófica, remonta seu passado

relacionado à política, e que tem dupla origem: uma ética e uma logística-engenheira (KOCHË; BUFFON, 2015), porém com o foco mais neste segundo aspecto que no primeiro.

Ademais, uma das razões para esta abordagem é porque existe a forte tendência de se refletir os problemas econômicos somente no campo exclusivo do que se convencionou, na Ética Econômica, chamar de abordagem “engenheira” da economia (KOCHË; BUFFON 2015; SEN, 2006). Torres (2015) salienta que a Economia e a Ética tinham uma firme conexão no período clássico de sua precípua ciência entre o século de 1770 e 1870 e que, com o marginalismo, esta relação foi se enfraquecendo e, posteriormente, com Lionel Robbins (1898-1984), nos anos 30 do século 20, convencionou-se como o ponto de ruptura virtual entre a Ética e a Economia. O economista inglês, William Stanley Jevons (1835-1882), quer a maior utilidade possível para o maior número de indivíduos, como um bom utilitarista que era (TORRES, 2015). Carl Menger (1840-1921) e Léon Walras (1834-1910), embora não utilitaristas como Jevons, compartilham das mesmas perspectivas de maximização de utilidade e racionalidade individualista; Alfred Marshall (1842-1924) e Vilfredo Pareto (1848-1923) pertenciam à segunda onda marginalista e defendiam basicamente o mesmo corpo de ideias neoclássicas, o que Sen (2006) virá a criticar em seu livro “Sobre Economia e Ética” (1987).

A credibilidade, da revolução marginalista, portanto, por muito ter contribuído na resolução e formulação de variados problemas técnicos nas relações microeconômicas de funcionamento das firmas (SEN, 2006), pode ter sido um peso para a preterição da dimensão ética, política, ideológica e social da ciência de fora em prol de considerações exclusivamente algébricas sob a justificativa de mensuração quantitativa dos objetos de estudo da Economia serem passíveis de categorias quantificáveis em “menor” e “maior” e, por isso, as leis e as relações deviam por natureza ser matemáticas, tal como a lei e a relação de oferta e procura (JEVONS, 2018). Maia (2009) concorda na medida os neoclássicos com sua ênfase utilitária não reconhece a insuficiência dessa abordagem no conjunto dos aspectos que se circunscrevem nas decisões políticas e econômicas e consequente estado de satisfação.

Ratifica-se esta percepção a própria absorção dos métodos da microeconomia para as análises e constructos teóricos macroeconômicos seguindo essa mesma lógica quantitativa e à resolução a nível da firma, isto é, pressupostos microeconômicos são incorporados à análise macroeconômica, à partir de 1950, com a adoção de modelos como IS-LM, em que o equilíbrio macroeconômico é uma combinação de política monetária e produção de bens e serviços. Já nos anos 70, Lopes (1993) diz que, ao se considerar o keynesianismo corrente um construto teórico insuficiente na explicação satisfatória dos ciclos econômicos, os Novos Clássicos criaram uma teoria estocástica e dinâmica, mas com características de observações estacionárias e repetitivas do fenômeno cíclico e que, com maior estabilidade no modelo observável, seria possível fazer previsões mais assertivas dos fenômenos econômicos (LOPES, 1993), reforçando a economia positiva em detrimento da normativa.

No momento atual, a discussão sobre a teoria econômica com os Novos Clássicos e a Nova Síntese Neoclássica reforçam aspectos da engenharia com o modelo monetário das três equações (DRUMMOND; DE JESUS, 2012) que objetiva, principalmente, o equilíbrio e o controle do nível dos preços. Apesar deste modelo ter sido posto em xeque pela crise do *subprime*⁴, em 2008, ainda é base de um novo consenso macroeconômico (PESSOA, 2020). É interessante notar que, tratando-se de uma crise desencadeada por características fraudulentas de comportamentos

⁴ A crise da bolha imobiliária do mercado americano de imóveis, em 2008, que afetou negativamente a economia do mundo todo, levando vários bancos internacionais a abrirem concordata e, ademais, validando um retorno da credibilidade do keynesianismo sobre o papel do Estado em um maior controle do mercado e da economia (BORÇA; TORRES, 2008).

antitéticos de agentes econômicos, a perspectiva Ética na teoria macroeconômica seja ainda tangenciada.

Na literatura econômica, há, portanto, duas abordagens teóricas: uma ética e outra “engenheira”, sendo a primeira iniciada por Adam Smith (1723-1790) e a segunda, por David Ricardo (1772-1823) (SEN, 2006). A Ética, neste sentido, ilumina uma série de perspectivas a serem consideradas nas tomadas de decisão não por pura benevolência, mas como um comportamento racional direcionado aos interesses da coletividade e na melhor tomada de decisão para o bem comum, como aponta também Amartya Sen (2006). O autointeresse e as reflexões éticas, ou os estudos ético-morais, têm relevância para a compreensão do comportamento real e racional do indivíduo, coisa que, sozinhos, não conferem aporte suficiente para compreender o movimento real do *homo economicus* (MAIA, 2009).

Há quem discorde de que Smith foi um baluarte dos estudos no campo da Ética e da Moral na ciência econômica, apontando-o, isto sim, como um impeditivo teórico neste campo de estudo (VEREECKE, 1998). Sen (2006) aponta que a ciência econômica moderna despreza a dimensão ética da Economia desde Ricardo. Kochê e Buffon (2015), entretanto, argumenta que os economistas teóricos se lançaram em suas pesquisas de formas diferentes, com ênfase temática em uma ou outra direção. Adam Smith (1723-1790), Karl Marx (1818-1883), John Stuart Mill (1806-1873), Francis Edgeworth (1845-1926), a título de exemplificação, focaram seus estudos com ênfase na Ética. Por sua vez, François Quesnay (1694-1774), William Petty (1623-1687), David Ricardo (1772-1823), Léon Walras (1834-1910), Alfred Marshall (1842-1924), Augustin Cournot (1801-1877) se concentraram mais com os problemas engenheiro-logísticos das ciências econômicas.

Hirschman (1967) explicita que Smith é tido como o último homem da modernidade a se preocupar com a especulação realmente filosófica integrada, e não apenas técnica, sobre a sociedade, a economia e o comportamento do homem político como um corpo de organização ontológico essencialmente pertencendo ao domínio econômico (HIRSCHMAN, 1967). Ele atacou os mercantilistas e fisiocratas por delimitarem o campo de ação da economia severamente (VEREECKE, 1998). Tal visão ontológica de Smith é o que permitia, convenientemente, devido ao status de ciência que a modernidade aspirou desde os princípios matemáticos de Isaac Newton (1643-1727), que o domínio e sistema econômico pudesse ser tratado como um governo natural de leis naturais da mesma maneira que Newton via leis naturais governando a natureza (VEREECKE, 1998). Vereecke (1998) afirma que não haveria papel para ética neste tipo de raciocínio matemático da natureza, bastando ter uma postura positivista com relação à Economia (CERQUEIRA, 2008). Parte dessa percepção desemboca no excesso de utilitarismo segundo a perspectiva neoliberal e libertária da abordagem engenheira da Economia (THIRY-CHERQUES, 2002; SEN, 2006) e no perigo dessa percepção exclusiva numa sociedade que caminha a passos lentos para a sustentabilidade e a responsabilidade ética para com a ecologia (OLIVEIRA, 2008) e o problema ambiental (MENNUZI; DA SILVA, 2015).

Para a perspectiva hodierna da Ética Econômica, existem quatro referências básicas (ARNSPERGER; VAN PARIJS, 2004): a) o Utilitarismo, b) o Libertarismo, c) o Igualitarismo Marxista e d) o Igualitarismo Liberal.

O Utilitarismo é o que determinou por muito tempo as questões morais na Economia, Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) defendiam que os fins, se englobassem positivamente à maioria, logo os meios eram justificáveis (DOMINGUES, 2009) – isto difere de Maquiavel⁵ pois existe um valor moral coletivo envolvido no final do processo. A maximização do produto supõe a soma do bem-estar

⁵ Maquiavel (1469 – 1527) é o pai da teoria política moderna e sua maior obra, O Príncipe, é um guia teórico-prático da condução dos assuntos de Estado pelas mãos de um único governante, para a sua glória, poder e soberania (SKINNER, 1981); a dimensão pública-coletiva ainda não era uma preocupação teórica prioritária da época maquiavélica.

dos indivíduos da sociedade e, nesta lógica, há o ponto ótimo (ou máximo) da criação de riquezas.

Com o Libertarismo o valor supremo para eles é a liberdade e dela decorre a verdadeira justiça social, isto é, nenhum valor coletivo pode – ou deve – coibir a liberdade individual por razão nenhuma sequer e, por isso, fundamentalmente, um libertarista não é um utilitarista. Domingues (2009) diz que John Locke (1632-1704) e Humbolt (1769-1859) foram pioneiros moderados desta concepção, mas é com Ludwig Von Mises (1881-1973) e Friedrich Von Hayek (1899-1992), também pensadores como Kirzner (1930-) e Nozick (1938-2002), que o libertarismo se radicaliza. Uma sociedade justa, para os libertários, é uma sociedade livre.

O Igualitarismo Marxista constitui a terceira referência básica com a busca da justiça social através da concepção de igualdade. Naturalmente, rejeita-se nesta concepção a noção de utilitarismo e libertarismo. Assume-se aqui que os igualitaristas não se preocupam prioritariamente com o aumento maximizado do produto, mas com a distribuição equânime das dotações; neste caso, medidas taxativas e tributárias são legítimas como ferramenta do estado para tomar e redistribuir igualmente.

E, por último, o Igualitarismo Liberal de John Rawls (1921-2002), na qual propõe a disponibilidade de acesso aos bens socialmente gerados de modo a ser assegurado ao maior número de beneficiários. A igualdade aqui não é no ponto de chegada, como o é no igualitarismo marxista, mas no ponto de partida, na igualdade real de oportunidades de acesso. Esta concepção ética e moral reconhece que as pessoas realmente são diferentes em bens, saúde, talentos etc., porém advoga que a justiça, enquanto equidade nas instituições sociais, devem garantir igualmente o acesso aos bens sociais a todos (ou o maior número possível de pessoas) tanto quanto o melhor posicionado socialmente o tem com facilidade. (DOMINGUES, 2009).

3. Metodologia

A presente pesquisa tem caráter exploratória pautada pela metodologia de pesquisa bibliométrica e bibliográfica. O levantamento de artigos foi feito pela ferramenta de busca *Google Scholar* (<https://scholar.google.com.br/>) sem recorte temporal a fim de buscar as pesquisas acadêmicas publicadas em português durante todo o período que se tivesse registro até o presente momento.

Cabe informar que não há distinção significativa entre os termos “ética”, “moralidade” e “moral” no contexto de sua relação com a Economia, tratando-se de termos sinônimos, porém, há uma certa distinção de perspectivas metodológicas em alguns estudos de Moralidade e Economia (NEVES, 1998; MENEZES, 2019). Portanto, para examinar o contexto do estado da arte das pesquisas relacionadas à Ética e a Economia, foi preciso ampliar o campo semântico do termo ética para contemplar termos simbioticamente ligados ao estudo da Ética na Economia, como moral e moralidade- apenas na medida em que se relacionam com a perspectiva da Ética Econômica. Os descritores de busca para o levantamento dos trabalhos foram: “ético e economia”, “ética e economia”, “ética e econômica”, “moralidade e economia”, “moral e economia”, “moral e econômica”, optando-se pela configuração de busca no ajuste para apenas os títulos dos artigos para garantir uma triagem mais robusta de artigos que estivessem mais ligados diretamente aos estudos entre Economia e Ética. A relevância está posta como critério em função da quantidade de citações que os artigos possuem.

Reconhece-se que o aspecto quantitativo de citações não é realmente exato na ferramenta de busca do *Google Scholar*, no entanto não tem muito impacto no ranqueamento dos artigos. Em pesquisas cuja o tema é análise do estado da arte, tem-se feito uso frequente da ferramenta de busca do *Google Acadêmico* (MURTINHO, 2020) na busca de artigos científicos, uma vez que possui quantitativamente uma base de dados maior em relação ao *Web of Science* e o *SCOPUS*, por exemplo.

Optou-se neste trabalho para fins de análise bibliométrica do tema “Ética e Economia” todos os formatos e tipologias de publicações, porém, para a análise bibliográfica, apenas os periódicos científicos mais relevantes, considerando os mais citados. Foi utilizado o *software Publish or Perish* no procedimento para fins de praticidade. Foram levantados 618 documentos no total. No levantamento, buscou-se identificar o percentual de documentos por faixa de citações (Tabela 1) e pela aglutinação de descritores (Tabela 2), e, com efeito, a análise de tendências de picos e de vales do nível de publicação anual (Figura 1).

Identificou-se que o tema de interesse entre Ética e Economia está dividido em outras áreas do conhecimento (Tabela 3) e uma classificação das categorias as quais estes documentos pertencem também foi realizada (Tabela 4). A checagem destas informações foi realizada a partir da verificação da origem destas publicações e a categoria de áreas de conhecimento em que estavam relacionados os artigos ou livros aventados. Uma baixa quantidade de documentos não foi possível saber sua origem e foram incluídos, pelos mesmos fins práticos, na categoria “Outros” para que fossem contabilizados.

A discussão bibliográfica se limitou aos artigos mais relevantes com o critério de que fosse uma discussão dentro da esfera da Economia, uma vez que, mesmo frente à situação escassa de contribuição teórica na temática, se se fosse considerar os artigos de outras áreas do conhecimento, a temática seria explorada de maneira tangencial, o que não é o intento do presente trabalho.

Foi excluída a análise bibliográfica das outras áreas de estudo porque, apesar de determinado enfoque dialético de preocupação com a relação entre Ética e Economia, alguns até citados, ainda assim se tem, no aspecto da Economia, uma visão de segundo plano em seus estudos, que se percebia até no título completo de suas publicações. Diante disso, os 50 artigos mais relevantes dentro do âmbito da Economia foram analisados a fim de se aprofundar no conhecimento de seus interesses (Figura 2) e a maneira como lidam com a temática para se ter um quadro mais cristalino, um diagnóstico provisório de para onde anda, quais suas principais preocupações e quais as lacunas de interesse se podem encontrar nessas pesquisas a fim de se discutir modicamente as razões do quadro atual de pesquisa e apontar tendências e sugestões para pesquisas ulteriores.

4. Resultados e Discussão

A Tabela 1 mostra que, dos 618 documentos levantados, cerca de **58,6%** dos artigos encontrados possuem ao menos uma citação, enquanto **41,4%** não possuem nenhuma citação.

Com relação ao total de 618 documentos, 41,42% não possuíam nenhuma citação, 48,71% entre 1 e 10 citações, 8,41% entre 11 e 50 citações, 0,65% entre 51 e 100 citações e 0,81% dos documentos apresentavam acima de 100 citações.

Tabela 1: Quantidade e percentual da relação entre documentos e citações

Faixa de Citações	Nº de documentos	Percentual
0	256	41,42%
1 até 10	301	48,71%
11 até 50	52	8,41%
51 até 100	4	0,65%
Mais de 100	5	0,81%
Total	618	100,00%

Fonte: elaboração própria (2021)

Sobre o levantamento de documentos, a Tabela 2 mostra as doze combinações que foram utilizadas. A combinação de maior percentual foi “ética e economia” com 31,55%. A combinação “moral e economia” vem em seguida com 25,89% dos documentos. A combinação “ética e econômica” com 23,30% dos documentos. A

combinação seguinte é “ético e economia” com 10,52% dos documentos. Já “moral e econômica” fica com 6,80% dos documentos e, por último, a combinação com menor número de documentos é “moralidade e economia” com apenas 6,80% da quantidade total de documentos encontrados. A combinação “moralidade e econômica” foi excluída da análise pelas duplicidades de seus artigos com relação às outras combinações.

Tabela 2: Número de artigos por termos

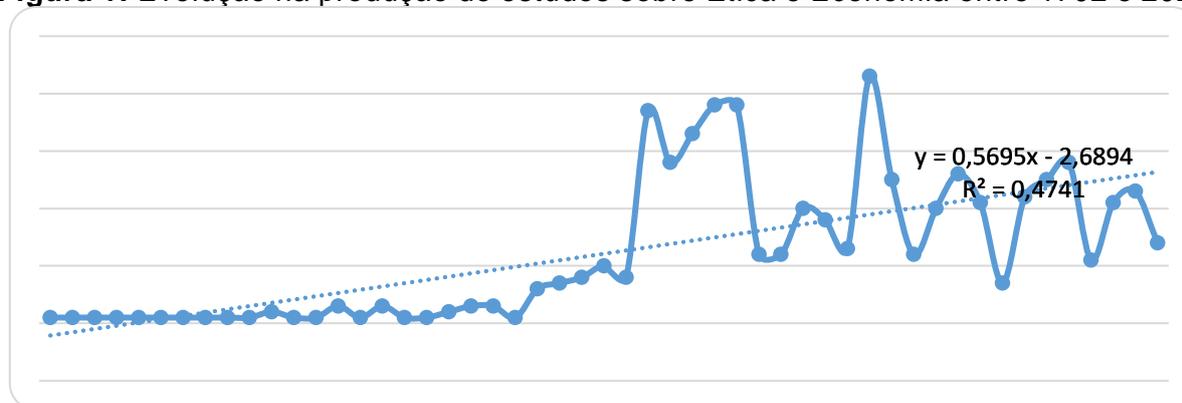
Termos	Nº de documentos	Percentual
ética e economia	195	31,55%
moral e economia	160	25,89%
ética econômica	144	23,30%
ético e economia	65	10,52%
moral e econômica	42	6,80%
moralidade e economia	12	1,94%
Total Geral	618	100%

Fonte: Elaboração própria (2021)

Nota-se ainda pela tabela 2 que o artigo de gênero “o” utilizado para diferenciar “ética e economia” e “ético e economia” demonstrou uma margem de diferença de 21,03% para “ética e economia”; sem este artigo mais documentos foram encontrados, eliminadas as duplicidades que inevitavelmente se encontram em buscas através de descritores semelhantes. Já com relação aos termos “moralidade e econômica” e “moralidade e economia” houve duplicidade total de documentos e, por isso, se excluiu “moralidade e econômica” para que em uma mineração mais criteriosa fosse realizada, embora com baixo resultado no volume relativo de documentos encontrados com os descritores combinados “moral e economia”.

A Figura 1 revela os picos e vales ao longo do tempo da produção dos documentos relativos ao tema Ética e Economia. Compreende um período de 319 anos. Entre 1702 e 1997 foi diagnosticado baixo nível de publicação, oscilando sensivelmente entre 1 e 10 documentos com sutil trajetória crescente, considerando os anos da produção que a busca detectou. Em 1998 temos um pico de publicações que volta a ascender até os anos 2000 com uma média de 38 documentos, e, em 2002, tem-se uma queda considerável na produção dos estudos. Há, todavia, um crescimento em 2007 e, em 2008, alcança-se o ápice de produção com 43 documentos. Entre 2009 e 2021 estabelece-se uma flutuação de picos e vales que não ultrapassam o máximo de 28 documentos em 2017 e o mínimo de 7 documentos que se viu em 2014. Em linhas gerais, a tendência é de sensível crescimento.

Figura 1: Evolução na produção de estudos sobre Ética e Economia entre 1702 e 2021



Fonte: Elaboração própria (2021)

A produção no século 21 é baixa, mas comparativamente superior ao século precedente. Verifica-se que apenas nos anos 90 é que se começa um sensível

comportamento ascendente na publicação de artigos. É evidente que o *Google Scholar* não contém todos os estudos já publicados (MURTINHO, 2020) neste campo, mas, ainda assim, mesmo com a limitação deste critério de busca, verifica-se baixo interesse com a temática. Também nos artigos analisados não se faz nem menção à pouca iniciativa que se tem para os estudos nesse âmbito de modo mais direto.

Uma hipótese considerada para a baixa produção de conhecimento com esta temática está na amplitude de abordagens que decorre de preocupações éticas e morais, mas que, não tratando delas de forma direta, consideram-nas como características intrínsecas ao tema, por exemplo, bem-estar, desenvolvimento, solidariedade, humanismo, assistencialismo etc. (MARTINEZ; MAMED, 2013). Porém, tais temas não possuem o devido aprofundamento teórico como propõe Amartya Sen (2006), aos fundamentos ético-morais que estão na base da Economia. Talvez se possa supor que temas como sustentabilidade, meio ambiente, bem-estar, assistencialismo, desenvolvimento social, solidariedade, que são temas que não tenha uma conexão direta com as questões ético-morais, todavia são justamente dessas preocupações de ordem coletiva que se ocupa o escopo das questões éticas (KAMPHORST; ZAMBAM, 2015; MARTINEZ; MAMED, 2013). Questões estas que estão, ou deviam estar, na base de consideração das tomadas de decisão do *homo economicus* (OLIVEIRA, 2020), que já está bem servido de economia positiva, mas ainda carece do aspecto normativo para direcionar o seu comportamento.

Cabe considerar que nem todos os documentos pesquisados, a despeito de tratarem da temática Economia e Ética, são necessariamente provindos, de modo exclusivo, de periódicos ou livros diretamente relacionados à Economia, tampouco pode-se dizer que o tema “Economia” é tratado com relevância prioritária no corpo do conteúdo protagonista do estudo, o que nos leva a dois níveis de separação: a primeira é seccionar por áreas de estudo e verificar o percentual da participação da Economia nos documentos que tratam de Economia e Ética; e a segunda é, entre os que são e pertencem de fato à categoria Economia. Uma triagem mais criteriosa será realizada a fim de que os artigos mais relevantes, em função do número de citações, sejam devidamente cotejados para a análise bibliográfica.

A Tabela 3 mostra o percentual de documentos por áreas de estudo. Ademais, nem todos os documentos pertencem à categoria de artigos publicados em periódicos científicos (Tabela 4) e, mesmo entre os que são artigos, nem todos os mais citados, portanto os mais relevantes (no critério de número de citações), pertencem às revistas de estudos científicos relacionados às ciências econômicas.

Na categoria “Economia” está 49,68% dos documentos encontrados; em Direito, encontramos 21,36%; em “Religião”, 10,03%; já nas categorias “Filosofia” e “Ciências Sociais”, a participação no volume total dos documentos é de 5,02% e 5,34%, respectivamente; já na categoria “Outros”, 8,58% do volume total. Cabe ressaltar que na categoria “outros” se encontram áreas de conhecimento como “Administração”, “História”, “Antropologia”, periódicos médicos etc. Não foram particularizados como os destacados na tabela pela baixa quantidade de publicações e, para fins de praticidade, foram aglomerados em uma só categoria, “outros”.

Tabela 3: Percentual de documentos por áreas de estudo

Áreas de Estudo	Nº de documentos	Percentual
Economia	307	49,68%
Direito	132	21,36%
Religião	62	10,03%
Filosofia	31	5,02%
Ciências Sociais	33	5,34%
Outros	53	8,58%

Fonte: elaboração própria (2021)

Tabela 4: Percentual relativo entre as categorias dos documentos

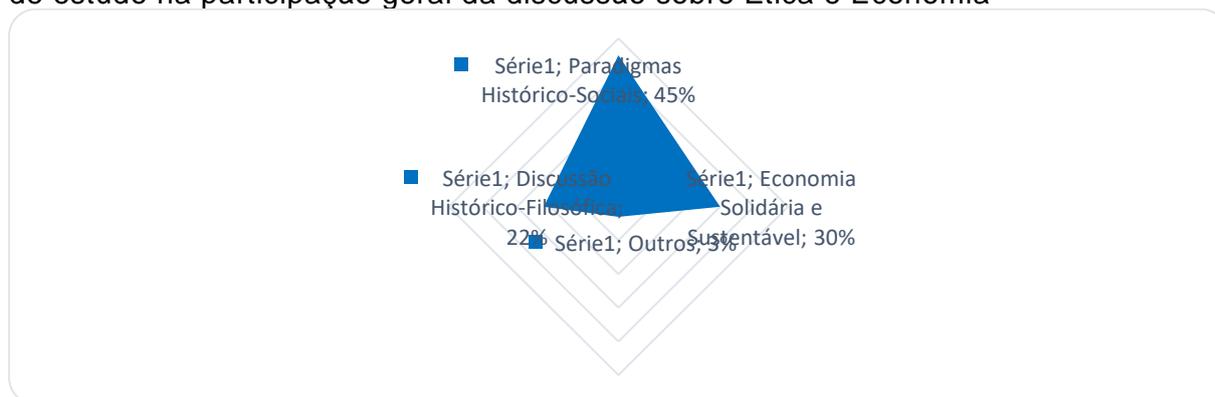
Tipo de documento	Nº de documentos	Percentual
Artigos em Periódicos Científicos	357	57,77%
Livros	111	17,96%
Artigos em Jornais e Análogos	150	24,27%

Fonte: elaboração própria (2021)

Como se pode ver, 57,8% dos documentos são, de fato, artigos científicos publicados em periódicos. 18% são Livros e 24,3% são artigos de jornais e análogos.

Entre os 50 artigos científicos mais relevantes [em citações] à Economia, as preocupações circundaram três eixos de interesse central: Economia Solidária, Conceitos Histórico-Filosóficos e Paradigmas Histórico-Sociais (Figura 2).

Os interesses temáticos dos 50 artigos se distribuem na seguinte ordem, 45% dos autores tratam da Ética e da Economia em estudos de caso histórico-sociais, considerando conceitos como economia moral, situação de comunidades pobres de campesinato e seus comportamentos econômicos movidos por atitudes morais, análise da dignidade humana frente aos ditames do capital. Ademais, 30% dos autores abordam a economia sustentável e a economia solidária (que foi possível fazer um arranjo único uma vez que os assuntos se interpenetram mutuamente) como ligados intimamente com as questões ético-morais, também numa abordagem quase indireta. Por sua vez, 22% dos autores travam um diálogo no âmbito histórico-filosófico das raízes morais e éticas da Economia teórica. Talvez seja o ponto que mais trata diretamente da relação Economia e Ética de forma essencial, como aponta Domingues (2009). Já 3% dos autores abordam temas levantam questões controversas no debate, como, por exemplo, a relação com a Psicologia Social, o comportamento condicionado e as questões ideológicas e éticas com os animais e as relações econômicas verticais de tortura, morte e consumo de outras espécies sencientes. Estes últimos foram categorizados como “Outros” para fins de praticidade, mas são temas morais na Economia e da maior relevância ética, embora pouco tratados.

Figura 2: Amostra de 50 artigos mais relevantes e seus respectivos eixos temáticos de estudo na participação geral da discussão sobre Ética e Economia

Fonte: Elaboração do autor (2021)

4.1. Contribuição dos 50 artigos científicos mais relevantes com foco nas Ciências Econômicas

Analisando o conteúdo dos 50 artigos mais relevantes [em número de citações] não foi possível estabelecer um diálogo (com exceção de uma breve discussão em torno do conceito de economia moral), seja na perspectiva teórica ou empírica, sobre os conceitos sobre ética e moral e como se relacionam com a história das ciências econômicas e suas modalidades correntes, do mesmo modo que seria possível fazer um diálogo sobre a Economia e Religião e como esta influencia os indicadores

pragmáticos da primeira e de que maneira o faz – o que revela ser um caso sintomático de empobrecimento na discussão teórica dos fundamentos ético-morais na Economia normativa e positiva.

Foi possível caracterizar as diferentes formas de como Ética, Moral e Economia se relacionam indissociavelmente (BIANCHI, 2019) nos diferentes objetivos dos trabalhos.

4.1.1. Smith e a origem da discussão sobre ética e economia

Tem-se uma enxuta controvérsia quanto a origem moral da Economia Moderna, uns advogam que os neoliberais e libertários distorceram as teses morais de Smith (SEN, 2006; TORRES, 1998; BUFFON, KOCHĚ, 2015) e outros que este autor clássico de fato foi não só o teórico do individualismo metodológico na Economia como também impediu (THIRY-CHERQUES, 2002; VEREECKIE, 1998) questões ético-morais de serem tratadas na ciência como se devem. TORRES (1998) argumenta que há uma profusão de defesas da ação do governo na obra smithiana contrário às correntes ultraliberais contemporâneas que insistem em propalar o individualismo smithiano a todo custo. É certo que ele fez críticas ferrenhas ao mercantilismo e a fisiocracia por limitar o papel da economia e desconhecer suas leis (TORRES, 1998; SILVA 2015), porém não era objetivo de Smith tornar o Estado inoperacional e neutro, mas melhorar a sua ação política visando o bem comum: sua crítica se concentrava à aristocracia mercantilista que tinha levado ao estado burocrático, corrupto e ineficiente e o *laissez-faire* não era decorrente de pura ideologia dogmática, mas, sim, dentro dos limites da prudência (SEN, 2006; SILVA, 2015; CERQUEIRA 2008) comportamental no qual, para Smith, a sociedade deveria evoluir.

Santos e Marin (2017) argumentam que o problema é maior do que este, pois, segundo críticos tradicionais da obra smithiana, parece haver dois “Adams Smith’s”, o que escreveu a “Teoria dos Sentimentos Morais” (1759) e o que escreveu “A Riqueza das Nações” (1776), que o retratam como um autor pouco original e fraco de opiniões que muda de convicção de uma obra para a outra (SANTOS; MARIN, 2017); porém, contrário à visão tradicional, Santos e Marin (2017) defendem que Smith tinha uma base moral sólida e que a sua obra máxima fazia parte do escopo maior da sua visão moral de mundo, e que a benevolência, na obra smithiana, não seria suficiente para a dedicação ao trabalho, mas o *self-love* traduzido retoricamente como “egoísmo” poderia ser benéfico ao meio social dentro dos limites da normalidade do coletivo (SANTOS, MARIN, 2017).

Torres (1998) diz que o *self-love* smithiano não é sentido individualista do *homo economicus* fechado em si próprio, é, antes, o amor-próprio e a “autoestima” que precisa do consentimento societal para vir à plenitude de manifestação social (TORRES, 1998; SILVA 2015). Ele ainda argumenta que o mito do egoísmo como a mola propulsora do progresso econômico remonta à Bernard Mandeville, que apresenta na Fábula das Abelhas o subtítulo “os vícios privados fazem o bem público”, livro que era de conhecimento de Smith e que este não poupou críticas em seu livro “Teoria dos Sentimentos Morais” (1759) e, cuja obra também o economista, John Maynard Keynes (1883 – 1946), aponta a suma importância de Mandeville à história mercantilista (TORRES, 1998).

4.1.2. Ecologia, sustentabilidade e economia solidária

Outro tema abordado é sobre a conexão entre Ética e Ecologia, e as questões econômicas, éticas e ambientais, que parecem caminhar de forma indissociável (MARTINEZ; MAMED, 2013). Na medida em que se considera que o crescimento econômico seja a variável precípua para se falar em desenvolvimento social, é preciso saber para onde e como se cresce nas atividades econômicas (CAVALCANTI, 2012). A preocupação moral no comportamento do *homo economicus* aqui é com relação do homem com a natureza (NOGUEIRA; SOARES, 2011). Por sua vez, Martinez (2013) critica a insustentabilidade da indústria e do problema ambiental causado pelo

agronegócio. A questão ético-moral está diretamente ligada ao establishment e preciso modificá-lo numa transição por conscientização gradativa sintonizada com os limites que a própria natureza impõe ao ser humano (CAVALCANTI, 2012). Os autores não põem em segundo plano o problema de saber qual a escala ótima da economia que garantiria a sustentabilidade do ecossistema, mas que a primeira e maior preocupação ética do ser humano estaria antes em pensar na natureza que sustenta a vida e a realização humana e que o indicador de bem-estar é uma preocupação, embora importante, este ainda desce do plano da sustentabilidade.

Já Farias (2003), no estudo da cobrança pelo uso da água no Brasil e sua relação econômica vinculadas às dimensões protetivas ético-morais, faz um apanhado histórico-filosófico interessante sobre macroética e microética e as relacionam com a ética da coletividade e ética da responsabilidade, isto é, parte-se da microética individual para uma de cunho coletivo-social. Ele destaca que movimentos ambientalistas e grupos alternativos, como os proponentes da economia solidária, tendem à construção de autênticas atmosferas morais coletivas que protegem o meio ambiente e promovem a sustentabilidade (VIEIRA, 1998). A crise ecológica na contemporaneidade deflagra a ética ecológica como proposta inovadora que liga as questões fulcrais da sociedade moderna no intuito de iluminar a relação entre o homem e a natureza, que ele chama de ética de responsabilidade solidária (FARIAS, 2003). CAPITA (2021) faz um estudo baseado em Amartya Sen (2006) e a doutrina social da Igreja Católica e define que as crises sociais não estão à parte dos fenômenos econômicos e, de igualmente, a economia não funciona sem agregar a função da ética (CIPILLONE, 2009).

Sobre economia solidária, alguns artigos destacam a relevância de suas propostas no campo da Ética. Os valores ético-morais das pessoas são parte integradora da economia, da democracia e do desenvolvimento econômico-social (HIRSCHMAN, 1985; SEN, 2006). Bartoli (1991) aponta o erro de se ignorar a íntima interação que existe entre Ética e Economia, pois, em primeira instância, isto significaria condenar a própria economia a não compreender a difícil e instável concepção de racionalidade. De certa forma, isto vai ao encontro o que SEN (2006) diz ao criticar (e propor) a introdução de considerações teóricas da política, das ciências sociais, morais e éticas na economia devido à grosseira incapacidade da análise econômica ortodoxa em interpretar diferentes e complexos comportamentos humanos em que se insiste em simplificar.

A sociedade baseada na economia solidária é o tipo de organização econômica alternativo que alavanca o potencial de política de emprego (LIPIETZ, 2001; JEANTET, 2008; LAVILLE, 2009), embora não demonstrem nenhum estudo empírico a este respeito. Gueslin (1998) diz que a economia solidária não deve se abster de aliar-se de grupos sociais alternativos na construção de um modelo econômico alternativo que se opõe frontalmente ao modelo econômico vigente (INNOVATIONS, 2002; FERREIRA, 2005). Ramos (2011) intui na economia uma natureza essencialmente plural e, portanto, social – a ênfase no caráter social da economia que se dá se traduz na necessidade de um novo comprometimento social nas trocas mercadológicas que a perspectiva da economia solidária traz. A sua pergunta principal é se a solidariedade econômica não funciona, como se explicaria não só a existência, mas permanência das organizações sem fins lucrativos e de empresas cuja rentabilidade não é a prioridade do serviço.

Para Azam (2003) a economia solidária pode articular de forma satisfatória e sustentável a moralidade e a economia, o lucro e a justiça; para ele a perspectiva social e moral da economia solidária não pode ser mais uma questão adicional e meramente de forma, mas uma economia que precisa ser ainda mais poderosa que meros mecanismos compensatórios provindos de desequilíbrios da lógica insustentável da economia de mercado tradicional, deve ser (perspectiva ético-moral) uma lógica tal que implique intrinsecamente na estimulação vigorosa de cooperação e reciprocidade em

prol da verdadeira justiça social de equidade (LAVILLE; GAIGER, 2009 apud RAMOS, 2011). De modo geral, economia solidária também interage com a questão de sustentabilidade levantada por Cavalcanti (2012), uma vez que abrange a consideração real de ecologia, meio ambiente, diversidade cultural, desenvolvimento local e se preocupa com a produtividade, a eficiência econômica e a competitividade, porém, num outro plano de consideração ética mais elevada (LATOUCHE, 2003). Uma globalização de economia solidária faria uma grande oposição à globalização de economia de mercado (LAUTIER, 2003; BOULIANNE et al., 2003; FAVREAU, 2003; DEMOUSTIER, 2004 apud RAMOS, 2011). Para Ramos (2011) a Ciência Moral, Ética e Política não podem ficar do lado de fora da Economia a fim de se buscar um modelo econômico que comporte intrinsecamente a justiça social combinada com uma ação pública renovadora.

4.1.3. Economia moral e paradigma social

Outro debate se manifesta na chamada economia de valores e normas morais que conduzem comportamentos econômicos específicos, alguns autores tratam de questões logísticas partindo de pressupostos ético-morais da cultura de determinado setor social. Economia moral é a forma dinâmica de princípios avaliativos que os sujeitos sociais empreendem como forma de julgar como “bem” e “mal”, em grupo, ações políticas em seus contextos ativos ou passivos (MELLO, 2016). Fassin (2014) analisa as consequências econômicas de políticas de imigração e asilo internacional nos estados europeus como forma de diagnóstico da situação moral política e aponta como uma análise de economia moral de grupo pode influenciar, em sentido mais amplo, a biopolítica contemporânea. Esta discussão remonta a Max Weber (1864 – 1920) e seus estudos sobre burocracia (1976) das instituições e como elas se relacionam com as decisões políticas (DOUGLAS, 1986).

Já Herzfeld (1992) destaca a produção social da indiferença baseada na economia moral, que se relaciona com as políticas e as instituições que modelam a cultura e definem comportamentos, não é só um campo de estudos sobre antropologia política, mas um estudo sobre a ética cultural dos estados contemporâneos quando se trata de avaliação moral sobre outras culturas e o modo como se enxerga no outro mais diferenças que similitudes. O artigo versa sobre o impacto econômico, social e ético, positivo ou negativo, que a economia moral, que define uma cultura e tipologias comportamentais, tem e pode influenciar na compaixão e na repressão de grupos sobre outros. Quanto a isso, Macedo e Machado (2016) concordam que a noção de economia moral é o processo de valoração e hierarquização da noção de cidadania de certos grupos com relação às ações direcionadas à vida, as chamadas ações biopolíticas (MACEDO; MACHADO, 2016).

Há controvérsias quanto a este conceito, Wilk (1996) vai dizer que não existe tendências nem racionalidade universais que tenha como calço da economia moral. Economistas aceitam a influência cultural sobre os comportamentos individuais econômicos e estes comportamentos de grupo, baseado numa moral que lhe é própria, tem o mesmo tipo de comportamento sempre de modo que é fácil fazer previsões de suas ações (LECHAT, 2001). É uma forma diferente de pensar do que Malinowski (1976) havia dito que, por um lado, seres humanos são impulsionados biologicamente por necessidades universais e racionais e, por outro, que o atual estágio da maioria das necessidades é culturalmente distinto e as soluções de satisfação são determinadas pela cultura e pelo costume.

Já NEVES (1998) discute economia moral de grupo sobre o que seria o mais correto e viável para tratar das camadas mais carentes da sociedade e, portanto, existe um valor teórico ligado às massas proletárias; ele utiliza o conceito de economia moral sob a perspectiva do seu criador, E.P Thompson (1998), nos seus estudos sobre camponeses na Inglaterra no século 18; Neves estuda como este conceito de economia moral o comportamento de pequenas comunidades pauperizadas no Ceará, diante de um cenário de estiagem e seca prolongada, que invadem, promovem alterações e

saqueiam vilarejos adjacentes provocando situações econômicas indesejadas. Ele conclui que a noção de economia moral é a forma que determinados grupos, enquanto agentes econômicos, se comportam de um modo diferente a enfrentar o status quo da 'economia de mercado' e está sujeita a transformações históricas ao longo do tempo, extrapolando, assim, o conceito de economia moral tratado por Fassin (2014).

Mas deve-se tomar cuidado com definições de sistemas ético-morais (SANTOS, 2006), pois discursos de grupos podem ter mero efeito retórico que pouco ou nada tem a ver com o sistema moral cultural original do seu grupo. Santos (2006) estudou o conflito de 1945 a 1964 no sertão carioca de camponeses e fazendeiros e concluiu que não é certo tipificar e cristalizar o discurso anti-propriedade dos camponeses como algo imutável, pois estava ao sabor do chão histórico e circunstâncias litigiosas do impasse à época, o que torna o conceito de economia moral volátil. Para Neves (1998), no entanto, o espaço interpretativo do que seja "moral" está ligado ao estado de (in)justiça social que a economia do mercado pode produzir. Por sua vez, Booth (1994) se opõe aos teóricos que vê no conceito de economia moral como um contraste de grupos, mas pensa como um controverso, e poderoso, caminho para pensar normativamente os parâmetros teóricos da economia. Todas as estruturas econômicas, mesmo considerando os mercados globalizados, são economias morais que deságuam no sistema ético no quadro amplo da sociedade (MENEZES, 2020).

Outro aspecto de economia moral está na sua capacidade de se aliar a perspectivas filosóficas, Thiry-Cherques (2002) estuda as raízes morais do utilitarismo e vê como este está na base da economia de bem-estar e na ética corporativista que existe atualmente. O julgamento moral dentro das organizações se pauta por diretrizes administrativas e econômicas que tem como consequência a benevolência moral em cada nível de controle organizacional, ou seja, é do interesse utilitário promover a felicidade nos negócios. O que está por trás na ideia de utilidade é a naturalidade e a espontaneidade de sua manifestação, isto é, a sociedade é produto da busca individual de cada um pelas próprias metas e isto promove necessariamente oportunidades de igual otimismo para a coletividade; isto configura uma qualidade de busca moral que confronta com a ideia de Amartya Sen (2006) que vê o excesso de utilitarismo como base moral de algumas perspectivas exclusivistas e automatizadas que exclui da análise algumas perspectivas éticas do que se deveria ser e alcançar e que elementos se tem a considerar no cálculo para não prejudicar a coletividade, que está na base da sua proposta de mudança de paradigma ao considerar o autointeresse como base do comportamento racional na economia, tal visão seria demasiadamente ocidental quanto conceito de racionalidade motivada causas egoístas e utilitárias (MALINOWSKI, 1976).

Nascimento (2013) diz que a noção de economia moral pode ajudar a entender a dinâmica econômica do século 21 e, especialmente, os movimentos sociais, que formam um campo de força societal (Thompson, 1976) com um discurso específico em sua luta contra o *establishment* capitalista neoliberal. Marc Eldeman (2005) concorda que o conceito de economia moral ainda continua válido no século 21 pois os grupos sociais têm força para efetuar pequenas mudanças na estrutura econômica em oposição à economia neoliberal. Merrill (2014), todavia, posiciona que não é preciso passar por uma revolução moral da sociedade e da natureza humana, mas que, durante um processo de contestação organizada, se invertesse, hodiernamente, a ordem da dinâmica econômica em pequenas medidas que mitiguem os efeitos deletérios do neoliberalismo; por exemplo, os imperativos dos sistemas comerciais ultracompetitivos intensos e vulneráveis pelos imperativos cooperativos de generosidade, solidariedade e reciprocidade, mais flexíveis, porém mais robustos e menos instáveis - esta seria uma economia moral ideal (MERRILL, 2014), o que vai ao encontro de CAVALCANTI (2012) que levanta problemas de (in)sustentabilidade das atividades econômicas contemporâneas.

Favreau e Lévesque (1986) estabelecem duas correntes conflitantes dentro da perspectiva social da economia, a primeira é a base neoliberal que constitui o setor paliativo para a inexorabilidade da situação de exclusão social perpetrada pela economia de mercado globalizado, a segunda foca-se na remodelação das relações entre a sociedade e sua atividade econômica que, nesta dinâmica, busca a revalorização do ideal democrático que existe no binômio economia-sociedade de modo a garantir que se busque a democracia econômica sem a perda da utilidade societal (DEFOURNY, 2009). Outro ponto relevante é a pertinência do exame das dinâmicas histórico-sociais que se articulam Estado, família, mercado, terceiro setor considerando o paradigma pluralista de uma rede de proteção social próprias de uma economia plural solidária (OCDE, 1996; ROUSTANG et al, 1996).

4.1.4. Aspectos Ideológicos e outros

Na Doutrina Social da Igreja (n.º 331) se defende que existe uma relação entre a Moralidade, Ética e Economia e que é base de uma relação necessariamente intrínseca, uma vez que a atividade econômica e comportamento moral se inter-relacionam mutuamente e a distinção conceitual entre ambas não significa uma separação das mesmas (KAMPHORST; ZAMBAM, 2015). VALLEGA (1994) argumenta que a teoria Ética acaba por conduzir constructos de concepções econômicas inovadoras, enquanto a economia positiva tradicional solicita da teoria política os novos projetos de sistemas de decisão que, no fim, transformam o meio social.

Constata-se que existe uma retroalimentação entre Ética e Economia, pois a eficácia de uma determinada atividade econômica está em função de um conjunto de valores no processo decisório de políticas públicas e econômicas e isto acaba por influenciar o comportamento ético pelos resultados no âmbito da economia (CAPITA, 2021). Mas para Cunha (2000) precisa ser cuidadoso quanto à noção de que a religião se deduz baseado em metamorfoses econômicas e que existem infinitas fenômenos que não estão circunscritos pelas leis econômicas, principalmente processos políticos para os quais decorrem, muitas vezes, de costumes culturais engendrados pela moral, pela religião ou mesmo pela moral religiosa (CUNHA, 2000). Oliveira (2020) argumenta que a economia é um tipo dimensional do homem e, com efeito, caracterizá-lo na filosofia supõe concepções determinadas do ser humano enquanto biologia e matéria que se efetiva na constituição de um sistema de relações produtivas, distributivas e consumista no contexto social.

Existe um curto diálogo entre as relações ético-morais e alguns problemas sociais e econômicos do estado e da economia enquanto sistema. Matias Pereira (2008) faz um estudo sobre a corrupção do estado brasileira e como esta corrupção tem causas ético-morais e como isso implica na economia brasileira. Ele destaca uma retroalimentação que existe entre a fragilidade das instituições públicas no Brasil e o efeito que este tem perante a credibilidade popular que, num círculo vicioso, fragiliza ainda mais o sistema institucional do país, gerando mais insegurança econômica e a fuga de capitais (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Já Albuquerque (2008) trata da moral sob uma perspectiva do materialismo histórico-dialético marxista ao analisar a moral que fundamenta as bases de juízos de valor condenatórios da sociedade à prostituição e as repercussões econômicas que este tipo de moralidade traz à própria sociedade (ALBUQUERQUE, 2008) – este trabalho conversa um pouco com a noção de economia moral de Thompson (1976). Concorda Freitas (2013) que também analisa sob a perspectiva marxista da moral relacionada à ideologia da classe dominante, isto é, existe um comportamento moral, uma economia moral, que é parte de um entendimento econômico de caráter sociológico que a sociedade na qual vivemos reflete, de forma plural, a desigualdade que está estratificada num *ethos* da classe dominante (FREITAS, 2013), o modo de dominação é um processo de incorporação de linguagem e de vocabulário de uma classe sobre a outra que interagem verticalmente no âmbito da linguagem, mas que mantém uma clivagem social no âmbito social e econômico (FREITAS, 2013).

Já Oliveira e Pinzani (2015) fazem uma discussão entre Moral e Economia, sob a perspectiva de Michael Sandel, em que se investiga o modo como os valores ético-morais estão enormemente inseridos dentro da agenda mercadológica neoliberal pautada pelo lucro segundo um tipo de moralidade especista⁶, aquela moralidade que o ser humano se considera superior aos outros animais a ponto de dominá-los, oprimi-los, explorá-los, torturá-los e assassiná-los para consumos variados (OLIVEIRA; PINZANI, 2015). Eles concluem que a moralidade não necessariamente significa o bem geral, mas o bem apenas do ponto de vista do ser humano e que, por isso, é preciso superar a moralidade especista a partir de propostas éticas de consumo que exclua o sofrimento animal da lógica sistemática do consumo capitalista, que ocasiona desequilíbrios ecológicos, climáticos, problemas de saúde pública e, o pior, o sofrimento de seres sencientes⁷ sem real necessidade (OLIVEIRA; PINZANI, 2015).

5. Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi o mapeamento do estado da arte do tema sobre Ética e Economia na produção bibliográfica que compõe a literatura econômica brasileira e, para isto, os critérios metodológicos bibliométricos e bibliográficos utilizados na presente pesquisa revelaram, primeiro, uma baixa produção científica até o presente momento, considerando a importância do tema para a ciência econômica, e, segundo, pouco aprofundamento teórico, principalmente pela ausência de rigor dialético ou até mesmo a ausência de um debate mais sólido específico da temática, constatado na análise dos 50 artigos mais relevantes.

A preocupação com a Ética na Economia, enquanto perspectiva teórica, parece ser mínima e o interesse pela pesquisa científica sobre assunto ser baixo, e as razões deste comportamento ainda não são exatamente claras. Embora este artigo tenha considerado o trabalho pesquisado no Brasil até o presente momento, a escassez de estudos publicados em periódicos científicos no século 21, mesmo em comparação superior com a produção dos séculos precedentes, revela um diagnóstico sintomático muito ruim de desabastecimento teórico-científico para a Economia.

Pode-se verificar baixa presença de um debate dialético na análise dos artigos mais relevantes, com exceção da discussão em torno da importância de Smith para a moral na Economia e o conceito de “economia moral” de Thompson (1998) à luz de alguns estudos de caso, Mas mesmo os autores que se colocam, no trabalho, na categoria de pesquisa histórico-filosófica, parecem trabalhar à revelia de um debate maior, como se a discussão Ética na Economia não estivesse inserido num quadro maior de pesquisa.

Chama atenção que o principal debate histórico-filosófico sobre moral e ética limite-se aos economistas clássicos, pelo trato, e neoclássicos, pelo destrato, e nem chegam a mencionar, de modo direto, a posição da escola austríaca ou o libertarismo (ARNSPERGER; PARIJS, 2004; DOMINGUES, 2009) com relação à ética que, certamente, teriam muito a contribuir ao debate, uma vez que são economistas mais avessos à “matematização” da Economia (MISES, 2017) e mais voltados para o estudo do comportamento ético-moral axiológico do ser humano.

Outrossim, considerando os quatro eixos orientadores e referenciais da Ética Econômica, de Arnsperger e Parijs (2004), a saber, o Utilitarismo, o Libertarismo, o Igualitarismo Marxista e o Liberalismo Igualitário, são tratados de modo lateral e insuficiente nos artigos analisados. Tratam-se pouco das duas primeiras referências e nenhum trato das duas outras. As razões da preterição a estas duas referências importantes merecem maiores investigações analíticas, pois pode ter raízes ideológicas ou algum efeito da controvérsia teórica se a escola austríaca é uma ciência

⁶ Folter (2020) explica que “especismo” é a ideia de que uma espécie tem o direito de submeter outras espécies à exploração, à escravização e ao assassinio por considerá-las evolutivamente inferiores.

⁷ Ibid Folter, 2020.

de fato ou apenas um constructo lógico que mais tem a ver com a filosofia que com a Economia (GALA; OLIVEIRA, 2021).

Além da limitação metodológica que considerou apenas o banco de dados do *Google Scholar* para a pesquisa bibliométrica, há também limitação analítica das razões que poderiam explicar o comportamento da trajetória de produção acadêmica da Economia sobre o tema “Ética e Economia”. Razões estas que poderão ser buscadas no próprio processo histórico brasileiro e seus contextos sociais e institucionais que podem indicar vetores explicativos do comportamento da produção acadêmica brasileira. De mais a mais, faz-se necessário maior rigor no estudo bibliográfico não só dos artigos mais relevantes, mas também dos menos citados para compor um quadro mais fidedigno dos campos de estudos abordados, suas lacunas, preocupações e principais interesses e, em existindo um diálogo científico mais substancial, estabelecer o nível de sua maturidade científica interna e, sobretudo, sua pertinência à ciência econômica brasileira hodierna. Também sugere-se verificar se o gráfico de tendências, considerando uma maior abrangência metodológica, permanece ainda na mesma trajetória ascendente e em que proporção o volume de produção é maior e o que isto significa para a produção bibliográfica dentro da literatura econômica brasileira.

6 Referências

ALBUQUERQUE, R. M. M. Para além da tensão entre moral e economia: reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil. 2008. 141 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.**

ARENDT, H. **A condição humana**. Forense universitária, 2007.

ARNSPERGER, C.; PARIJS, P. V. **Ética econômica e social**. 2004.

AZAM, G. Economia social, terceiro setor, economia solidária, o que faz fronteira. *Revue du MAUSS*, 2003.

BAMBENEK, J. C.; BASHIR, M. Ethics, Economics, and Ransomware: How Human Decisions Grow the Threat. In: **International Conference on Applied Human Factors and Ergonomics**. Springer, Cham, 2020. p. 17-22.

BARTOLI, H. *L'économie multidimensionnelle*. FeniXX, 1990.

_____. *Ética e economia: meditações políticas*. Paris: UNESCO, 2003.

BIANCHI, A. M. A Ética na Economia Comportamental: uma breve incursão. Guia de Economia Comportamental e Experimental. São Paulo: Disponível em <<http://www.economiacomportamental.org/guiaeconomia-comportamental.pdf>>. Acesso em, v. 22, n. 01, 2019.

BIDABAD, B. Ethic Economics, Fair Economy, New Economy, Sustainability and other Related Disciplines. **International Journal of Islamic Business & Management**, v. 3, n. 2, p. 24-29, 28 maio 2019.

BOOTH, W. J. J. On the Idea of the Moral Economy. **The American Political Science Review**, vol. 88, no.3, sept. 1994.

BORÇA J. G. R.; TORRES F. E. T. **Analisando a crise do subprime**. 2008.

BORGES, M.; DALLAGNOL, D.; DUTRA, D. **O que você precisa saber sobre Ética**. 1. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2003. v. 1. 141p.

BOTTALICO, L. Philosophy and Hippocratic ethic in ancient Greek society: evolution of hospital-sanctuaries. **Open access Macedonian journal of medical sciences**, v. 7, n. 19, p. 3353, 2019.

CAPITA, F. L. **A Decadência Da Relação Ética-Economia Como Fundamento Da Crise Econômica E Social** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 03, Vol. 10, pp. 100-122. Março de 2021.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos avançados**, v. 26, p. 35-50, 2012.

COELHO, S. L; MARCELO, G.; ROSAS, J. C. **Ética, economia e sociedade: questões cruzadas**. Porto. 2019.

CUNHA, R. M. M.. A moral da economia em questão: o papel do parlamentarismo na evolução da economia e sobre a educação e a (des)organização da cultura. **Orientação: André Haguette. 2000. 530 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.**

DEFOURNY, J. Economia Social. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra/São Paulo: Almedina/CES. 2009

DOMINGUES, F. S. Uma apresentação dos quatro pontos cardeais da ética econômica: a criação da riqueza e a distribuição de renda em perspectiva. **Lume Repositório Digital UFRGS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Econômicas. 2009.

DOUGLAS, M. **How Institutions Think**. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1986.

FASSIN, Didier. Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 15, 2014.

FAVREAU, L. **A Economia Social e Solidária: Polo Ético da Globalização** Paris: UNESCO, 2003;

FERREIRA, T. F; ANDRADE, F. A. Os conceitos de moral e ética e a importância dessa compreensão docente no contexto educacional. Encontro cearense de historiadores da educação, 15.; encontro nacional do núcleo de história e memória da educação, 5. Simpósio nacional de estudos culturais e geoeeducacionais. 16-18 out. 2016, Fortaleza (CE). Anais de Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 910-918. 2016.

FOLTER, R. **O que é especismo? E o movimento antiespecista?**: Entendendo o especismo, 28 out. 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/especismo-e-antiespecismo/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

FREITAS, C. E. A ética econômica das classes trabalhadoras: a gramática social do comportamento econômico da nova pequena burguesia comercial de Natal/RN. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2013.

GAIGER, L. I. Empreendimento económico solidário. In Cattani et al. (Coord.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra/São Paulo: Almedina/CES, 2009.

GALA, P.; OLIVEIRA, F. Demolindo o youtubenomics! Alguém lê Mises? **Disponível em:** < <https://youtu.be/rUtrjpp8s3U>>. 12/04/2021 Acesso em: 27 set. 2021.

GIANNETTI, E. Ética e economia 6º Ciclo de conferências | Novos olhares: **Disponível em:** <https://youtu.be/b3NK_D6cu4M>. 2014. Acesso em: 03 set. 2021.

GUESLIN, A. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica, 1998.

GRAAFLAND, J. Ethics and Economics: An Introduction to Free Markets, Equality and Happiness. Routledge, 2021.

HERZFELD, M. The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western. 1992.

HIRSCHMAN, A. O. **The passions and the interests**. Princeton University Press, 2013.

INNOVATIONS. L'économie sociale, laboratoire d'innovations, 15, Paris: L'Harmattan, 2002.

IORIO, U. J. A Importância dos Valores Éticos e Morais na Economia. 01 fev. 2021. Disponível em <<https://www.ubirataniorio.org/index.php/artigo-do-mes/416-a-importancia-dos-valores-eticos-e-morais-na-economia>>. Acesso em 10 set. 2021.

JEVONS, W. J. **Teoria da economia política**. LeBooks Editora, 2018.

KAMPHORST, M. A.; ZAMBAM, N. J. Ética e Economia: Reflexões a partir de Amartya Sen. **Clareira-Revista de Filosofia da Região Amazônica**, v. 1, n. 2, p. 90-109, 2015.

KLICK, J. M.; VELASQUEZ, M. G. **Business Ethics**. Prentice Hall, 1998.

KÖCHE, R.; BUFFON, M. Economia, ética e tributação: dos fundamentos da desigualdade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 76-92, 2015.

LATOUCHE, S. Que ética e economia mundiais? Justiça sem limites. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In A. D. Cattani et al. (Coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra/São Paulo: Almedina/CES, 2009.

LECHAT, N. M. Economia moral: um conceito bom para pensar a economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 37, n. 159, p. 59-102, 2001.

LIPIETZ, A. Pour le tiers secteur. L'économie sociale et solidaire: pourquoi et comment. Paris: La Découverte/La Documentation Française. 2001.

LIPOVETSKY, N. Efetividade da justiça no mundo contemporâneo: entre ética e economia. Initia Via Editora, 2017.

LOPES, C. M. Os Novos Clássicos e o Método. **Análise Econômica**, v. 11, n. 19, 1993.

LUCCHIARI, C.; M. F.; VANUTELLI, M. E. Moral Decision-making as Compared to Economic and Shopping Contexts. Gender Effects and Utilitarianism. **Revista Internazionale Di Filosofia E Psicologia**. 2019.

MACEDO, F. S.; MACHADO, P. S. Economia moral e modelos de atenção no cuidado com gestantes que usam crack. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 34-46, 2016.

MAIA, M. F. R. ÉTICA E AUTO-INTERESSE. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 4, p. 121-133, 2009.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: abril, 1976

MARCATO, M. B; MARTINEZ, F. P. A tomada de decisão do agente econômico: uma breve discussão sobre incerteza e a Teoria do Prospecto. **Revista Economia Ensaios**, v. 28, n. 1, 2013.

MARTINEZ, S. R.; MAMED, D. O. Economia e Meio Ambiente: Contribuições de Amartya Sen à Ética do Desenvolvimento e Sustentabilidade. **Sustentabilidade econômica e social em face à ética e ao direito**. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, v. 1, p. 25-43, 2013.

MARTINS, N. O.; Ética, economia e sociedade: questões cruzadas. Lisboa/Porto. 2019.

MATIAS-PEREIRA, J. Os efeitos da crise política e ética sobre as instituições e a economia no Brasil. **Revista académica de economía. Observatorio de la Economía Latinoamericana**. 2008.

MELLO, A. G. Economia moral do cuidado: um estudo sobre violências contra mulheres com deficiência em Belo Horizonte¹. **Gênero e violências**, p. 86. 2016

MENEZES, M. A. Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos. **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**, 2020.

MERRILL, M. A transformação maior: EP Thompson, economia moral, capitalismo. **Revista História & Perspectivas**, 2014.

MISES, L. V. **A ação humana**. LVM Editora, 2017.

MOREIRA, E. M. Ética e Economia na era da Globalização. 8 out. 2010. **Disponível em <<https://pensamentoextemporaneo.com.br/?p=1112>>**. Acesso em 10 set. 2021.

MURTINHO, M. N. ECONOMIA E RELIGIOSIDADE: UMA REVISÃO DO ESTADO DA ARTE (2000–2019). **Revista Estudo & Debate**, v. 27, n. 4, 2020.

NASCIMENTO, C. G. Trajetórias de um conceito: a economia moral dos pobres. **Revista Raízes, Campina Grande**, v. 33, n. 2, p. 10-28, 2013.

OLIVEIRA, D. L. Economia e sustentabilidade. Artigo disponível em:< http://www.faculdadedelta/artigos_opinioes/2008.html> acessado em, v. 5, 2008.

OLIVEIRA, W. F.; PINZANI, A. O que o mercado não mata: uma análise da moralidade especista e a economia. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 12, n. 1, p.01-15, 2015.

PESSOA, S. R. N. A Política do Novo Consenso Macroeconômico: Fundamentos e Revisão Pós Crise Financeira de 2007-2008. **Revista Economia Ensaios**, v. 35, n. 1, 2020.

RIBEIRO, J. Ética e política. São Paulo, 10 set. 2017. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/colonista-fala-sobre-a-importancia-da-etica-na-economia/>>. Acesso em 10 set. 2021.

SANTOS, C. A. P.; MARIN, S. R. Os Fundamentos Filosófico-Morais de Adam Smith e a Leitura Tradicionalmente “Ensinada” de Sua Obra. **XIX ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL - ARTIGOS SELECIONADOS**. Área 1 - Metodologia, História e Economia Política 2017.

SANTOS, L. S. Os valores de uma luta: A economia moral dos pequenos lavradores do Sertão Carioca nos difíceis anos de 1945-1964. **Mundo agrário**, v. 6, 2006.

SEN, A, **Sobre Economia e Ética**. Cia. das Letras. 1. Ed. 2006.

SILVA, N P. A Filosofia Moral na Economia Política Clássica: O pensamento de Adam Smith. **(SYN) THESIS**, v. 8, n. 1, p. 113-125, 2015.

SILVA, I. C. N.; SOARES, K. J. C. A. A ética e o desenvolvimento sustentável sob a ótica das organizações. In: **Congresso Internacional Responsabilidade e Reciprocidade**. 2012. p. 9-16.

SILVA, T. D. DIGNIDADE HUMANA À MERCÊ DA ECONOMIA DE MERCADO: UM ENSAIO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E ECONOMIA NA CONTEMPORANEIDADE. **Polymatheia-Revista de Filosofia**, v. 12, n. 21, 2019.

SKINNER, Q. **MAQUIAVEL – Pensamento Político**. Editora Brasiliense. 1981.

THIRY-CHERQUES, H. R. A economia moral da utilidade. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 2, p. 293 a 317-293 a 317, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, A. A Economia como ciência social e moral: algumas observações sobre as raízes do pensamento económico neoclássico: Adam Smith ou Mandeville? **Episteme: revista multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa**, 95-122. 1998.

TORRES, G. S. R. Economia e moralidade: uma história de separação. 2015. **vii, 50 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.**

VALLEGA, A. Geopolitica e sviluppo sostenibile: il sistema mondo del secolo XXI, Milano: Editora Marsia, 1994.

VALLS, Á. L. M. **O que é ética**. Brasiliense, 2017.

VEREECKE, W. Ética na economia: da economia clássica ao neoliberalismo. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 25, n. 82, 1998.

WILK, R. R.; CLIGGETT, L. Economies and cultures. Foundations of Economic Anthropology, Boulder, CO: Westview Press, 1996.